

DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO NA ÓTICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

COSTA, Christiane Araujo – Instituto Pólis – chris@polis.org.br

RESUMO

Diante do quadro de grandes transformações das duas últimas décadas e suas repercussões nos padrões de produção e consumo de alimentos, fortalece-se no Brasil a temática da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), fazendo referência às questões alimentares que dizem respeito ao conjunto da população, e não apenas aos segmentos mais vulneráveis, ao incluir, ao mesmo tempo, a dimensão nutricional, a disponibilidade (food security) e a segurança (food safety) dos alimentos: “Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (II Conferência de SAN, Olinda/PE, 2004). Tem sido possível verificar uma crescente incorporação da noção de Segurança Alimentar e Nutricional pela área da Saúde, devido à sua interface com a temática da Saúde Pública, em documentos que mencionam explicitamente o tema da alimentação e nutrição. Dado que a construção da institucionalidade desta temática no país, por meio da aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – 11.346/06) instituindo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é resultado da interação entre Estado e Sociedade, a identificação dos significados da incorporação da noção de Segurança Alimentar e Nutricional nos documentos do governo requer, como contraponto, outra reflexão sobre os sentidos da apropriação deste enfoque por parte de entidades e movimentos sociais relacionados à temática. Os marcos históricos, relacionados à construção de uma agenda de segurança alimentar e nutricional no Brasil, nas duas últimas décadas, demonstram o vigor da participação social, não só no controle e monitoramento das ações do governo como na elaboração de propostas e execução de projetos e iniciativas locais /regionais. A fim de aprofundar esta reflexão, o presente artigo analisa os diferentes significados da incorporação do enfoque de segurança alimentar e nutricional por parte dos movimentos e organizações da sociedade civil participante do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Nacional na gestão 2004/2007 nas seguintes direções: a) favorecimento da interação entre campos temáticos das esferas da produção e do consumo; b) impulso à visão do alimento e da alimentação como um direito humano; c) objetivo ético do desenvolvimento e conseqüente construção de entornos físicos e sociais saudáveis; d) aquisição de perspectiva intra e intersetorial e e) processo educativo dialógico e emancipatório.

Considerando-se que a criação de programas educativos combinada com a implantação do SISAN para a execução de políticas públicas constitui um dos grandes desafios para o país na atualidade, os significados identificados permitem-nos apontar a relevância de se elaborar uma proposta pedagógica que contenha diretrizes para a abordagem de segurança alimentar e nutricional em programas educativos, promovendo a aquisição de uma aprendizagem mais cidadã da alimentação e que favoreça não só o direito de comer como também o direito de se informar e de se educar, numa perspectiva de empoderamento, condição essencial para a realização de escolhas positivas, saudáveis e conscientes.

PALAVRAS-CHAVE: segurança alimentar e nutricional; educação nutricional; alimentação e nutrição; alimentação adequada e saudável; conselhos; participação social; direito humano à alimentação; intersetorialidade.

Em meados do século XX as economias avançaram no sentido de conformar um sistema alimentar mundial onde foram introduzidas, na agenda internacional, as primeiras preocupações em relação à segurança dos alimentos (food safety), numa concepção de qualidade, associada à inocuidade e ao processamento industrial dos bens primários, ampliando possibilidades e favorecendo o transporte no tempo e no espaço. Ao mesmo

tempo, a crescente urbanização e a massificação do consumo fez com que as corporações agroalimentares transformassem suas estratégias focalizando mais na diversificação do consumo alimentar e as políticas alimentares redirecionaram-se da produção agrícola para as questões urbanas de acesso, distribuição e consumo, implicando em um progressivo distanciamento entre os produtos oferecidos para consumo e os bens agrícolas ou extrativistas que estão na sua origem. Nos países periféricos tal processo desdobrou-se em especializações em monoculturas, aumento da insegurança alimentar e na dependência dos oligopólios internacionais.

No Brasil, o cenário de reestruturação da economia tem colocado o país como uma liderança no comércio agroalimentar mundial convivendo, ainda, com índices de desnutrição, pobreza e exclusão. Segundo CARNEIRO as profundas transformações nos hábitos alimentares implicaram, inclusive, perda de autonomia, em relação ao que comemos:

“Além do polarizado crescimento da carência e do excesso, o problema contemporâneo da alimentação é que ela se torna cada vez mais heteronômica, ou seja, menos autônoma. Preparamos cada vez menos o que comemos, perdemos os sentidos culturais do alimento e do tempo partilhados, comemos mal e rapidamente e, sobretudo, não controlamos e não sabemos o que comemos” (CARNEIRO, 2004, p. 40).

A segurança alimentar e nutricional, um conceito ainda em construção no Brasil, trata, dentre outras coisas, das dimensões culturais, sociais e ambientais relacionadas aos alimentos e à alimentação. “O que se come e como se come, em cada sociedade, não se define apenas por escolhas individuais, mas é expressão da interação simultânea de um conjunto de elementos, dentre eles o sistema de produção e distribuição de alimentos; assim como o conhecimento sobre as formas possíveis de preparação e consumo, que, por sua vez, dependem do acesso e da renda; dos hábitos alimentares daquela sociedade; das leis que regem o mercado de trabalho; das relações familiares; do comércio internacional; da ação do Estado para garantir o direito das pessoas a alimentar-se, entre outros” (SILIPRANDI, 2004).

A definição brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), formulada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) e aprovada pela II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda, em 2004, faz referência às questões alimentares que dizem respeito ao conjunto da população, e não apenas aos segmentos mais vulneráveis, ao incluir, simultaneamente, a dimensão nutricional, a disponibilidade (food security) e a segurança (food safety) dos alimentos:

“Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CONSEA, 2004).

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo, grande parte da população não tem acesso a alimentos indispensáveis à sobrevivência. Para além da fome e da desnutrição, a insegurança alimentar está intimamente relacionada com a obesidade, o sobrepeso, as doenças relacionadas à alimentação inadequada e a baixa qualidade dos alimentos. Ainda dentro do campo da segurança alimentar e nutricional estão as políticas de regulação de preços dos alimentos, o combate ao desperdício e aos modelos de produção que degradam o meio ambiente e excluem os agricultores familiares.

A partir dos diversos papéis e valores atribuídos aos alimentos e à alimentação, a segurança alimentar e nutricional envolve ações concernentes à área de agricultura e abastecimento, política fundiária, saúde, educação, assistência social, meio ambiente e políticas urbanas.

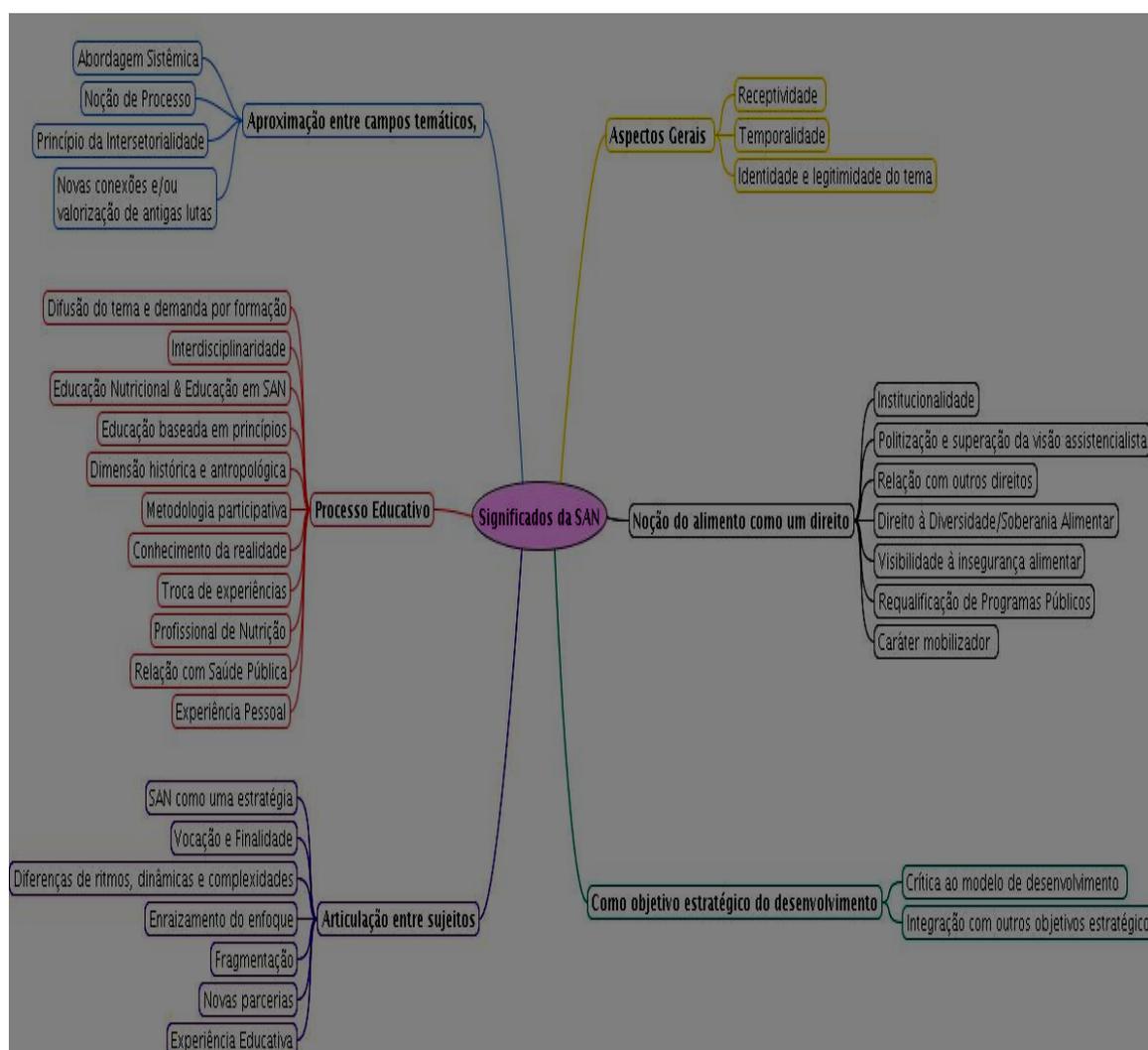
Paralelamente à consideração do alimento como bem estratégico e de sua natureza intersetorial, capaz de produzir diferentes articulações, outro aspecto da questão diz respeito à importância da participação da sociedade, seja na realização de um amplo leque de significativas experiências, seja na parceria com o governo para a formulação de propostas e ações e em seu monitoramento e controle. Portanto, dado que a política pública, ora em construção, é resultado do esforço do governo e da sociedade civil, importa verificar como está se dando a apropriação desta noção e seus significados por parte da sociedade civil, considerando-se as diferentes vocações e trajetórias das organizações, redes e movimentos.

Nos últimos anos, ganhou destaque a atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) na construção de uma agenda pública, articulando governo e sociedade civil para a elaboração e proposição de diretrizes de ações em áreas relacionadas ao alimento e da alimentação.

Valendo-se da abordagem sistêmica como o referencial teórico que melhor permite entender a complexidade cada vez maior das questões alimentares, cabe mencionar a observação de MORIN(2000), de ser justamente a perda do potencial de compreensão da realidade, tornando impossível, “apreender o que está tecido junto”, o

fator que está na origem da atual crise paradigmática, demandando um reexame no modo de se conhecer e pensar. Assim, as entrevistas realizadas com o segmento da sociedade civil da gestão 2004/2007 nos possibilitaram a identificação de significados advindos do exercício deste olhar, sob diferentes pontos de vista, a partir dos campos temáticos, das políticas públicas e dos sujeitos envolvidos.

Figura 1 – Significados da Segurança Alimentar e Nutricional



No campo da categoria que situa a incorporação do enfoque da segurança alimentar e nutricional enquanto um processo educativo, foi possível localizar uma demanda por formação, a fim de aprofundar a apropriação desta noção, tanto internamente quanto junto aos públicos com os quais as organizações se relacionam. Este ponto merece especial atenção, pois tal demanda é muitas vezes traduzida em cursos de

educação nutricional. Alguns entrevistados estabeleceram distinções entre a educação nutricional e a educação na ótica da SAN, cujo escopo seria mais abrangente. Salientaram, inclusive, a existência de diferentes correntes no campo da educação nutricional, destacando uma mais crítica, envolvendo inclusive uma abordagem antropológica e outra mais tradicional, de orientação positivista. Ainda que a educação nutricional constitua-se como uma diretriz da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e também da Política Nacional de Promoção da Saúde, enquanto ação preventiva da desnutrição e à promoção de práticas alimentares saudáveis para a adoção de estilos de vida saudáveis, a associação direta entre mudança de atitude e aprendizado de comportamentos saudáveis toma o conhecimento como condição única para se operar mudanças. Resultados de estudos confirmam que a melhoria efetiva da saúde é propiciada por toda uma mudança de hábitos de vida. Sendo assim, ainda que as diretrizes destas políticas enfatizem a necessidade de se popularizar o conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação, bem como acerca da prevenção dos problemas nutricionais, desde a desnutrição até a obesidade, caberia investigar se o resultado esperado não ficaria ainda restrito apenas às mudanças individuais de comportamento e à prevenção de doenças. Alegando a existência de fatores determinantes que estão fora da alçada dos indivíduos, LABONTE (1996) e diversos autores da Saúde Pública desenvolvem uma crítica aos programas educativos que limitam o enfoque à responsabilização individual e sua conseqüente culpabilização. A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) define que os modos de vida são padrões de escolhas feitas a partir das alternativas disponíveis, segundo a inserção socioeconômica e, portanto, constituem processos dinâmicos, e não fixos (OLIVEIRA, 2005).

Os entrevistados destacaram também os ganhos sinérgicos que se obtêm ao conferir centralidade à temática da alimentação saudável e adequada, tomando-a como uma zona de intersecção capaz não só de aproximar setores e atores como, por meio da penetração deste enfoque na dimensão da produção, impulsionar modificações na forma de produção dos alimentos, na comercialização, na relação com o setor privado, nos meios de comunicação e nos diversos determinantes do consumo, incluindo a disponibilidade de alimentos e refeições em espaços institucionais, como a escola e os locais de trabalho.

Num alerta à necessidade de se considerar a relevância da cultura alimentar, seus símbolos, significados, valores e papéis, BOOG (2005) conclui pela necessidade de os profissionais da saúde e da nutrição se debruçarem nos estudos sobre a cultura e os processos de mudanças dos hábitos alimentares. Alguns entrevistados sublinharam a importância de se estimular a retomada de pesquisas com abordagem antropológica sobre

a cultura alimentar. BRAGA(2004) sintetiza as diferentes abordagens da alimentação, reforçando a visão de que a comida e o comer são, acima de tudo, fenômenos sociais e culturais:

“A alimentação vem sendo analisada sob várias abordagens independentes e ao mesmo tempo complementares: a abordagem econômica, na qual a relação entre a oferta e a demanda, o abastecimento, os preços dos alimentos, renda e acesso aos alimentos são os principais componentes; a abordagem nutricional, com ênfase na composição dos alimentos, na preocupação com a saúde e com o bem-estar de grupos e indivíduos; a abordagem social, voltada para as associações entre a alimentação e a organização social do trabalho, a diferenciação social do consumo, os ritmos e estilos de vida; a abordagem cultural, interessada nos gostos, hábitos, tradições culinárias, representações, identidades práticas, preferências, repulsões, ritos e tabus, isto é, no aspecto simbólico da alimentação[...] nesse caminho, vale o argumento de Barthes, para quem as unidades alimentares que rodeiam a alimentação e que normalmente orientam o comportamento e as decisões dos consumidores – as socioculturais – são muito mais sutis que as unidades, normalmente manejadas por nutricionistas e economistas” (BRAGA, 2004, p. 11).

Num cenário marcado pela globalização, urbanização crescente, industrialização, homogeneização do padrão alimentar, massificação do gosto, padronização, perda de referências, com impactos significativos nos sistemas de produção locais e, conseqüentemente, nos hábitos alimentares, cabe destacar a importância dos estudos de antropologia da alimentação, que possibilitam a compreensão da cultura e dos padrões alimentares, suas origens, composição, seus valores simbólicos e uma série de aspectos que nos auxiliam na conscientização sobre o que somos por meio do que comemos.

No que tange à educação, em concordância com as críticas tecidas à educação nutricional, BOOG(2005) destaca “a falta de subsídio teórico à prática de educação nutricional que, com o intuito de facilitar a transmissão de informações criou ícones e “normas”, tais como pirâmides alimentares, roda de alimentos e guias alimentares, que deixaram de ser vistos como alternativas de estratégias, passando a ocupar o status de conteúdos de referência para a educação nutricional”(2005, p.126).

Acrescenta-se a isto o fato de que, ao desconsiderar o contexto cultural como fator determinante da saúde dos povos, a utilização da pirâmide alimentar como indicador de uma dieta saudável não vem trazendo resultados positivos, vide os altos índices de doenças crônico-transmissíveis e a obesidade (AZEVEDO, 2004).

Ao se perguntar até que ponto informações técnicas são capazes de sensibilizar as pessoas para a promoção da saúde - da sua própria e daqueles que se utilizam de seus

serviços, podemos nos valer do sentido original da dietética, ciência que remonta à Grécia antiga: “Para os gregos, a dietética correspondia à maneira de se conduzir a própria existência no que concerne ao consumo de alimentos e bebidas, à prática de exercícios, ao sono e ao sexo. A preocupação com a alimentação - dieta - não era voltada às interdições ou terapêuticas, mas sim a tornar a vida útil e feliz dentro de seus próprios limites” (BOOG,2005, p.118). A autora refere-se à complexidade do fenômeno da alimentação, valendo-se de uma citação de Contreras, onde afirma que o homem não come nutrientes, mas sim alimentos, devidamente temperados pelo imaginário e pela fantasia, de forma a exercer importantes funções socioculturais, como iniciar e manter relações sociais, expressar amor e carinho, identificar e demonstrar pertença a grupos sociais e étnicos, aliviar o estresse psicológico ou emocional, simbolizar status social, reforçar a auto-estima, exercer poder, entre muitos outros.

À idéia de uma dieta saudável, AZEVEDO (2004) contrapõe a noção de modelos alimentares, entendidos como as características alimentares e nutricionais de uma população e também o conceito de uma vida saudável, não vinculado estritamente à dieta, mas a um modo de viver culturalmente referenciado. Portanto, se ao longo da história os modelos ajustavam-se às mudanças, respeitando-se a cultura das populações, a cultura industrializada da modernidade, baseada em padronização e fortemente influenciada pelo estilo de vida urbano, pauta-se pela ruptura das tradições e na mobilidade, desconsiderando a territorialidade dos hábitos alimentares, sob a ótica da predominância econômica e tecnológica, com repercussões no estado de saúde, tanto no campo como nas cidades.

Na contramão desta tendência uniformizante, o resgate da dimensão cultural, da gastronomia típica e da noção de diversidade tem importância central para o conhecimento das opções dietéticas de cada povo. A abordagem cultural da alimentação, segundo AZEVEDO (2004) transforma a nutrição não somente em um processo químico-biológico, mas também em uma forma de comunicação que contém as raízes de cada povo, suas forças sagradas e seu simbolismo (p.35). Na vertente da educação, o conhecimento advém não de saberes compartimentalizados, mas da apreensão da realidade a partir de algumas categorias conceituais indissociáveis ao processo pedagógico (JACOBI, 2002, p. 36).

Diante das considerações feitas à inclusão da educação alimentar e nutricional no currículo escolar e em campanhas educativas, destacaram a importância de se conceber o alimento e a alimentação como um elemento pedagógico na escola. BOOG (2005)

lembra-nos a centralidade estratégica da alimentação, apontada pelos historiadores, no sistema de vida e valores das diversas sociedades, podendo abarcar múltiplas variáveis:

“Trata-se, pois, de um tema intimamente ligado ao cotidiano, a concretude da vida, por meio do qual se podem visualizar as múltiplas influências de fatores históricos, sociais, econômicos, culturais artísticos que determinam a organização e a dinâmica da sociedade na qual se vive. É possível, por exemplo, contar a história de um povo através de sua história alimentar que é a própria luta pela vida. Portanto o tema é privilegiado para estimular reflexões sobre história, cultura, economia, humanidades que possibilitam reflexão crítica sobre as práticas alimentares por um caminho alternativo ao das ciências nutricionais. Em vez de nos restringirmos a uma educação que prescreve como se deve comer, podemos viabilizar uma educação nutricional que amplie nossa compreensão sobre as razões pelas quais comemos e como comemos, abrindo-nos perspectivas para um leque de alternativas sobre como nos posicionarmos frente aos determinantes sociais e aos fatores psicológicos que explicam os impulsos, desejos e compulsões, tão perturbadores a um desejado equilíbrio na alimentação”(BOOG, 2005, p. 126).

As entrevistas nos permitiram verificar que, por tratar de assuntos que dizem respeito ao universo da intimidade, uma proposta pedagógica na ótica de SAN deve deslocar a ênfase de uma visão dietista e contemplar as dimensões econômica, política, cultural e antropológica da alimentação. Há que se considerar, segundo os entrevistados, a inserção da ótica da SAN numa abordagem interdisciplinar visando a agregar conteúdos para obtenção de um conhecimento mais amplo acerca das contradições do sistema agroalimentar.

Ao tratar das dificuldades da educação no campo da nutrição, BOOG(2005) aponta o desafio de enfrentar a complexidade, a multidimensionalidade, para transitar do biológico ao social, do individual ao coletivo, do afetivo ao racional, do cultural ao econômico, para que se possa, na interação dos conhecimentos, contribuir para a promoção da equidade social e da qualidade de vida. Tal constatação exige dos técnicos uma abertura à interdisciplinaridade, compreendida como interpenetração, e não um somatório de diferentes disciplinas. Este aspecto da formação bastante enfatizado nas entrevistas diz respeito também à importância de os profissionais envolvidos neste processo promoverem o diálogo com a comunidade, numa postura de abertura ao ‘mundo do outro’, a fim de resgatar e valorizar sua cultura, seus valores, sua condição de vida. Em termos de método, a perspectiva de superação da visão cartesiana e mecanicista, onde o profissional é visto como detentor de um saber técnico que dita o “certo e errado” deve

estimular a reflexão em torno do alimento e da alimentação, numa relação igualitária entre educador e educando, requerendo a habilidade em conjugar o conhecimento da ciência e o do senso comum para o estabelecimento de elos entre estes saberes, numa construção compartilhada de conhecimento que favoreça o empowerment comunitário (BESEN et al, 2007).

À semelhança da educação ambiental, a educação na ótica da SAN demanda esforço em fortalecer visões integradoras centradas no alimento e na alimentação, estimulando uma reflexão em torno da relação indivíduo-natureza e ambiente-desenvolvimento.

Por fim, a constatação de que a prerrogativa da SAN se realiza em diferentes dimensões, do individual ao internacional, determinou que perguntássemos sobre os significados da incorporação da noção de SAN no nível pessoal. Registre-se neste aspecto, o destaque dado ao caráter de complementaridade em relação ao conjunto de assuntos e temas já trabalhados anteriormente, aliado ao seu potencial transformador, inclusive nos hábitos de vida, estimulando maior coerência, conhecimento e autocuidado.

No atual momento da conjuntura brasileira o desafio que está posto às organizações da sociedade civil envolvidas com a questão, simultaneamente à difusão da noção de SAN, está a construção de seu objeto, de seus conteúdos e neste sentido, a elaboração de diretrizes para a área da educação ocupa lugar central. Portanto, a sistematização destes significados permitem-nos considerar a relevância de se elaborar uma proposta pedagógica contendo diretrizes para a abordagem da SAN em programas educativos, com o objetivo de problematizar questões relacionadas às diferentes conexões e processos, articuladores de uma ampla rede de organizações e movimentos sociais e de diferentes áreas de saber, existentes entre a dimensão da produção e do consumo de alimentos. Falar de SAN, vale dizer, significa inter-relacionar temas, políticas e uma rede de atores sociais.

Dentre os inúmeros ganhos da aproximação entre as dimensões da produção e do consumo, pode-se mencionar a possibilidade de maior conhecimento sobre o que e como estamos nos alimentando. O conjunto de significados apreendidos nos permitem verificar que para além das repercussões no estado nutricional, por meio dos processos sociais relacionados à alimentação estabelecemos diferentes formas de comunicação com o mundo em diferentes dimensões, do prato na mesa ao clima do planeta. Estabelecemos trocas com a terra, a água, o fogo, dezenas de espécies de plantas, com os animais e demais seres humanos, a partir de diferentes territórios, de acordo com tradições culturais

específicas. Ao longo do tempo, estas relações ficaram encobertas de tal forma que hoje em dia é praticamente impossível refazer a trajetória que liga um hamburger da lanchonete à forma como é tratado o animal no campo. Ainda que o cenário da vida moderna nos leve a ter cada vez menos “ a hora do almoço” e a nos alienar dos processos envolvidos na produção e consumo de alimentos, quanto mais nos aproximarmos deste conteúdos, menos ignorantes seremos sobre os fatores sociais, culturais e ambientais, que determinam o que somos por meio do que comemos. Acrescenta-se a isto, talvez por sua própria obviedade, a pouca atenção que se dá ao alimento e à alimentação. Contraditoriamente, ainda que se aprenda cotidianamente, desde o primeiro choro por comida no seio materno, os diferentes usos e costumes da cultura, onde o alimento e a alimentação ocupam papel central, pouco se reflete sobre o comer e a comida.

Ao lado da importância da apreensão da dinâmica cultural de uma população como contraposição à tendência padronizadora, uma proposta educativa em alimentação, na ótica da SAN, deve considerar os determinantes sociais, culturais e ambientais, onde o padrão produtivo de alimentos exerce grande influência nas características do modo e da qualidade de vida. Só uma visão abrangente, capaz de realizar a desconstrução do que é dado como natural, pode possibilitar uma reaproximação do homem com a natureza e com o seu corpo, favorecendo, por meio de um conhecimento elaborado de forma participativa, a aquisição de uma aprendizagem mais cidadã da alimentação, que assegure não só o direito de comer, como o direito de se informar e de se educar, numa perspectiva de empoderamento, condição essencial para intervir e realizar escolhas positivas, saudáveis e conscientes.

No âmbito desta nova pedagogia transdisciplinar foi possível verificar, na discussão conduzida até aqui, a importância da elaboração, em estudos futuros, de uma proposta educacional de segurança alimentar e nutricional nesta ótica, visando a estabelecer um currículo mínimo de alfabetização ou formação para uma visão mais cidadã dos alimentos e da alimentação, por meio de uma prática dialógica, pactuada em torno de princípios e diretrizes comuns, acrescida dos conhecimentos advindos das interpenetrações entre as diferentes dimensões articuladas pela temática.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. Alimentação e Modos de Vida Saudável, Saúde em Revista., Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 31-36, maio/ago, 2004

BESIN, C. A. Estratégia Saúde da Família como Objeto de Educação em Saúde, Saúde e Sociedade v.16, n.1, pp. 57-68, jan-abr 2007 57

BRAGA, V. Cultura Alimentar: Contribuições da Antropologia da Alimentação. Saúde em Revista, v.6,n.13, pp. 37-44. Editora Unimep, Piracicaba, 2004.

Boog, MCF. Educação Nutricional: Conhecimento da Composição de Alimentos para a Promoção de Práticas Alimentares Saudáveis. In: Salay, E; Composição de Alimentos – uma abordagem multidisciplinar. Campinas, 2005.

CARNEIRO, HS. Comida e Sociedade: uma história da alimentação, Rio de Janeiro, 2003

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento de Referência da II Conferência Nacional de SAN, 2004

Jacobi, PR. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo, Universidade de São Paulo, Educação e Pesquisa -v.31 n.2 São Paulo maio/ago. 2005

Labonte, R. Estrategias para la promoción de la salud en la comunidad. In: Organización Panamericana de La Salud. Promoción de la salud: uma antología. Washington: OPAS, 1996, p.153-65.

MORIN, E. A cabeça bem feita. Editora Siciliano, São Paulo, 2000.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Editora Cortez, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, D. L. A ‘nova’ saúde pública e a promoção da saúde via educação: entre a tradição e a inovação. Rev. Latino Americana de Enfermagem 2005 maio-junho; 13(3):423-31.

SILIPRANDI, E. Políticas de Segurança Alimentar e Relações de Gênero. Cadernos de Debate, NEPA, Unicamp, vol XI, 2004.